

Têxtil Renauxview S/A

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Proposta da Administração AGO 2019

1 - Proposta da Administração para Remuneração dos Administradores

- a) Instrução CVM nº 481/2009 - Art. 12. I
- b) Instrução CVM nº 481/2009 - Art. 12. II

2 – Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia

Conforme item 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/2009)
(Art. 9 da Instrução CVM nº 481/2009)

3 – Jornal para publicações legais

- a) § 3º, do artigo 289, da Lei nº 6.404/76

4 – Proposta de Destinação do Lucro Líquido

Conforme anexo 9-1-II (Art. 9 da Instrução CVM nº 481/2009)

1) Proposta da Administração para Remuneração dos Administradores

a) A remuneração global anual máxima dos administradores será igual àquela do ano de 2018, corrigida pelo mesmo índice que vierem a ser corrigidos os salários. Caberá ao Conselho de Administração, conforme determina o estatuto da Companhia, atribuir o valor das remunerações individuais.

b) Formulário de Referência - Item 13 (Instrução CVM nº 480 de 07/12/2009)

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração:

Conselho de Administração: Remuneração mensal e em valor fixo, definida pelo próprio conselho com atenção aos limites estipulados pela AGO.

Conselho Fiscal (se instalado) : Remuneração mensal e em valor fixo, definida pela AGO, atendendo o disposto no §3 do art. 162 da Lei 6.404/76.

Conselho Consultivo: não se aplica.

Diretores: Remuneração mensal e em valor fixo, definida pelo Conselho de Administração, com atenção aos limites estipulados pela AGO/E.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração: Honorários mensais fixos na forma de salário.

Conselho Fiscal: Honorários mensais fixos na forma de salário.

Conselho Consultivo: Não se aplica.

Diretores: Honorários mensais fixos na forma de salário.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

A remuneração da Diretoria e do Conselho são 100% fixos.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

A remuneração será corrigida pelo mesmo índice de correção dos salários dos empregados da companhia, a ser definido em convenção coletiva.

Demais itens não se aplicam.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Conselho de Administração

Ano	2016	2017	2018	2019
Membros (todos remunerados)	3	3	3	3
Remuneração	61.566,48	65.147,64	67.619,52	70.324,30

Diretoria

Ano	2016	2017	2018	2019
Membros (todos remunerados)	2	2	2	2
Remuneração	1.348.004,52	1.424.469,06	1.478.413,32	1.537.549,85

Conselho Fiscal

Ano	2016	2017	2018	2019*
Membros (todos remunerados)	5	5	5	5
Remuneração	310.344,00	328.396,80	341.042,21	354.683,90

*Se instalado

Demais não se aplica

13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Não se aplica

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Não se aplica

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Não se aplica

13.6. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Não se aplica

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Não se aplica

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

Não se aplica.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão¹.

Conselho de Administração

Característica	Quantidade	% Espécie	% Total
Preferenciais	1.043.230	37,22	24,49
Ordinárias	1.148.525	78,85	26,97

¹ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

Diretoria

Característica	Quantidade	% Espécie	% Total
Preferenciais	25.574	0,91	0,60
Ordinárias	136.751	9,39	3,21

Conselho Fiscal

Característica	Quantidade	% Espécie	% Total
Preferenciais	699.986	24,98	16,43
Ordinárias	-	-	-

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Não se aplica.

13.11. Informações para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, a diretoria estatutária e ao conselho fiscal: (todos os membros são remunerados)

Conselho de Administração

Ano	2016	2017	2018
Membros/ano	3	3	3
Menor remuneração	1.605,00	1.762,77	1.833,10
Maior remuneração	1.762,77	1.833,10	1.900,93
Remuneração ano	61.566,48	65.147,64	67.619,52
Remuneração média	1.710,18	1.809,66	1.878,32

Diretoria

Ano	2016	2017	2018
Membros/ano	2	2	2
Menor remuneração	44.094,65	48.429,15	50.361,47
Maior remuneração	58.199,97	60.522,15	62.761,59
Remuneração ano	1.348.004,52	1.424.469,06	1.478.413,32
Remuneração média	56.166,86	59.352,88	61.600,56

Conselho Fiscal

Ano	2016	2017	2017
Membros/ano	5	5	5
Menor remuneração	4.854,28	5.331,46	5.544,19
Maior remuneração	5.331,46	5.544,19	5.749,34
Remuneração ano	310.344,00	328.396,80	341.042,21
Remuneração média	5.172,40	5.473,28	5.684,04

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização.

Não se aplica.

13.13. Percentuais da remuneração partes relacionadas aos controladores.

Conselho de Administração: 33%

Diretoria: 54%

Conselho Fiscal: Não se aplica

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo e da Diretoria estatutária, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupem, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestada, em relação aos 3 últimos exercícios sociais.

Não se aplica.

13.15. Valores reconhecidos no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedade sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo e da Diretoria estatutária do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica.

2 - Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia

Conforme item 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/2009)

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Conforme já amplamente divulgado e também explicado com detalhes nas Notas Explicativas a que compõem as demonstrações financeiras, a administração da Companhia ajuizou, em 28 de fevereiro de 2.019, na Comarca de Brusque/SC, pedido de homologação judicial de plano de recuperação extrajudicial (“Plano de RE”).

O Plano de RE abrange, unicamente os credores financeiros da empresa e não envolve fornecedores e funcionários.

Com o Plano de RE, a Companhia busca equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial, tal como reorganizadas na forma descrita no Plano de RE.

As informações relativas ao processamento do pedido de homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas na forma da legislação vigente.

Para 2019 há também para este ano o desafio de manter regulares os Parcelamentos Tributários, o que até o momento vem acontecendo.

O mercado dá sinais de recuperação para o ano, e a Administração está confiante que com a homologação de PRE e as demais medidas tomadas para melhorar o nível de faturamento e resultado, o resultado do ano de 2019 será melhor que o dos anos anteriores.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. Hipótese de resgate:

A Companhia não pretende resgatar suas ações no mercado.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate:
Não se aplica.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria entende que possui capacidade financeira para honrar todos os compromissos correntes assumidos. Os passivos antigos estão em negociação ou no Plano de RE.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Para o financiamento de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes podemos destacar como as principais fontes as seguintes:

Para ativos não circulantes: os próprios fornecedores de máquinas e equipamentos e FINIMP.

Giro: principalmente através de crédito de giro, como banco Safra S/A, Daycoval, Banco Sofisa e Cooperativas de Crédito.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para a cobertura de eventuais deficiências de liquidez a companhia se utilizará das opções disponíveis no mercado financeiro.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

	31/12/2018	31/12/2017
Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	13.410	17.591
Financiamento vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.	13.410	17.591
Banco Daycoval	7.309	6.954
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,53%am	6.455	6.954
EGF - juros de 8,5%aa	854	-
Banco Sofisa	6.000	6.000
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,55%am	6.000	6.000
Redasset FIDIC	9	1.355
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,23%am	9	1.355
Banco Safra	3.993	1.639
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,28%am	3.993	1.639
Sicoob	1.078	792
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,50%am	1.078	792
Plata FIDIC	310	848
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,19%am	310	848
Creditise FIDIC	81	848

RENAUXVIEW

Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,15%am	81	848
D&D Administradora de Bens Ltda.	2.861	-
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel. Vencimento final 31/12/2037	2.861	-
Saldo negativo em contas correntes bancárias	115	254
TOTAL	35.166	35.433

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

	31/12/2018	31/12/2017
D&D Administradora de Bens Ltda.	111.588	-
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel. Vencimento final 31/12/2037	111.588	-
TOTAL	111.588	-

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado são garantidos por pelos próprios bens objetos das negociações. Os demais são garantidos por avais.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limite de endividamento e contratação de novas dívidas, a distribuição de dividendos, a alienação de ativos, a emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário.

Não se aplica

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

80% dos limites contratados estão tomadas, porém, podem ser facilmente aumentados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018.

RENAUXVIEW

	2016	2017	Varição 16/17	2018	Varição 17/18
Receita Operacional Líquida	86.151	84.949	-1,40%	87.326	2,80%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(61.063)	(59.967)	-1,79%	(63.504)	5,90%
Resultado Bruto	25.088	24.982	-0,42%	23.822	-4,64%
(Despesas) Receitas Operacionais	(23.659)	145.807	-716,29%	(9.941)	-106,82%
Despesas com Vendas	(11.445)	(11.266)	-1,56%	(11.521)	2,26%
Despesas Gerais e Administrativas	(11.890)	(11.658)	-1,95%	(11.563)	-0,81%
Outras Receitas Operacionais	188	199.960	106261,70%	13.189	-93,40%
Outras Receitas	185	11	-94,05%	6.075	55127,27%
Ganhos de Capital	3	4	33,33%	22	450,00%
Descontos PERT	-	5.925	0,00%	1.770	-70,13%
Eventos Extraordinarios	-	194.020	0,00%	5.322	-97,26%
Outras Despesas Operacionais	(512)	(31.229)	5999,41%	(46)	-99,85%
Despesas PERT	-	(31.210)	0,00%	-	-100,00%
Outras despesas	(512)	(19)	-96,29%	(46)	142,11%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.429	170.789	11851,64%	13.881	-91,87%
Resultado Financeiro	(85.994)	(73.942)	-14,01%	(25.185)	-65,94%
Receitas Financeiras	1.837	576	-68,64%	480	-16,67%
Despesas Financeiras	(87.831)	(74.518)	-15,16%	(25.665)	-65,56%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(84.565)	96.847	-214,52%	(11.304)	-111,67%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Diferido	(165)	(130)	-21,21%	(138)	6,15%
	(165)	(130)	-21,21%	(138)	6,15%
Resultado Líquido das Operações Continuadas	(84.730)	96.717	-214,15%	(11.442)	-111,83%

Comparação das contas patrimoniais encerradas em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018:

	2016	2017	Varição 16/17	2018	Varição 17/18
Ativo Total	183.946	178.094	-3,18%	175.161	-1,65%
Ativo Circulante	50.130	48.783	-2,69%	50.538	3,60%
Caixa e Equivalentes de Caixa	338	88	-73,96%	861	878,41%
Clientes	17.211	19.110	11,03%	17.498	-8,44%
Outras Contas a Receber	3.498	1.171	-66,52%	3.561	204,10%
Estoques	28.300	27.774	-1,86%	28.016	0,87%
Tributos a Recuperar	416	343	-17,55%	325	-5,25%
Despesas Antecipadas	361	274	-24,10%	277	1,09%
Outros Ativos Circulantes	6	23	283,33%	-	-100,00%
Ativo Não Circulante	133.816	129.311	-3,37%	124.623	-3,63%
Ativo Realizável a Longo Prazo	8.984	5.932	-33,97%	5.153	-13,13%
Contas a Receber	2.613	-	-100,00%	-	0,00%
Tributos Diferidos	2.017	1.541	-23,60%	1.050	-31,86%
Depositos Judiciais	434	491	13,13%	453	-7,74%
Outros Ativos Não Operacionais	3.920	3.900	-0,51%	3.650	-6,41%
Imobilizado	122.542	120.899	-1,34%	117.070	-3,17%
Imobilizado em Operação	122.155	120.539	-1,32%	116.750	-3,14%
Imobilizado em Andamento	387	360	-6,98%	320	-11,11%
Intangível	2.290	2.480	8,30%	2.400	-3,23%

RENAUXVIEW

Passivo Total	175.161	178.094	1,67%	183.946	3,29%
Passivo Circulante	340.079	332.520	-2,22%	562.096	69,04%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.506	23.398	50,90%	38.099	62,83%
Fornecedores Nacionais	5.004	4.477	-10,53%	5.253	17,33%
Fornecedores Nacionais parcelados	56.064	53.824	-4,00%	42.129	-21,73%
Fornecedores Estrangeiros	-	-	0,00%	2.099	0,00%
Obrigações Fiscais Federais	17.903	19.767	10,41%	13.805	-30,16%
Obrigações Fiscais Estaduais	35.302	34.437	-2,45%	33.616	-2,38%
Obrigações Fiscais Municipais	10.498	8.855	-15,65%	7.149	-19,27%
Empréstimos e Financiamentos	35.166	35.433	0,76%	283.624	700,45%
Debêntures	42.320	37.461	-11,48%	18.238	-51,31%
Débitos com Controladores	4.134	2.808	-32,08%	-	-100,00%
Débitos com Outras Partes Relacionadas	-	2.412	0,00%	2.009	-16,71%
Comissões e Royalties a pagar	762	895	17,45%	837	-6,48%
Débitos com Pessoas Físicas	945	913	-3,39%	895	-1,97%
Outras contas a pagar	4.249	4.123	-2,97%	486	-88,21%
Provisões	112.226	103.717	-7,58%	113.857	9,78%
Passivo Não Circulante	147.888	149.071	0,80%	86.659	-41,87%
Empréstimos e Financiamentos	111.588	-	-100,00%	-	0,00%
Passivos com Partes Relacionadas	-	109.400	0,00%	21.454	-80,39%
Parcelamento Fornecedores	-	1.507	0,00%	10.550	600,07%
Tributos Federais Parcelados	34.033	35.037	2,95%	50.651	44,56%
Débitos com Pessoas Físicas	1.732	2.588	49,42%	3.505	35,43%
Depósitos Judiciais	132	136	3,03%	96	-29,41%
Tributos Diferidos	403	403	0,00%	403	0,00%
Patrimônio Líquido Consolidado	- 312.806	- 303.497	-2,98%	- 464.809	53,15%
Capital Social Realizado	8.186	8.186	0,00%	8.186	0,00%
Reservas de Capital	9.983	9.983	0,00%	9.983	0,00%
Reservas de Reavaliação	799	799	0,00%	799	0,00%
Reservas de Lucros	571	571	0,00%	571	0,00%
Lucros/Prejuízos Acumulados	- 333.726	- 324.597	-2,74%	- 486.088	49,75%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.381	1.561	13,03%	1.740	11,47%

10.2 Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia advém de operações com vendas de tecidos planos para vestuário.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Descritos no item 10.1.a

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A receita do ano de 2018 se manteve estável se comparada à do ano de 2017. Os preços se mantiveram praticamente inalterados, devido ao mercado estar extremamente depressivo e não haver espaço para reajustes.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

O impacto da inflação aconteceu em todos os itens de custo de produção. As matérias-primas importadas tiveram variações de custos ao longo do ano de acordo com a variação cambial.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não se aplica.

c. Eventos ou operações não usuais.

Não se aplica.

10.4 Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não se aplica

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não se aplica

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da empresa, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais.

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor.

Não se aplica

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar.

Não se aplica

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor.

Não se aplica

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não se aplica

3 - Jornal para publicações legais

A administração propõe a alteração das publicações legais do jornal ANotícia, para o Jornal O Município, de Brusque.

4 - Proposta de Destinação do Lucro Líquido

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 não está sendo apresentada em função da apuração de prejuízo da Companhia no exercício findo em 31/12/2018.